

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MUSEUS NO TEMPO DO AGORA: TECNOLOGIA DIGITAL E CAPITALISMO DE DEPENDÊNCIA

Luciana Souza
Docente do Mestrado
Profissional em Preservação do
Patrimônio Cultural do IPHAN
lusouza.museologia@gmail.com

RESUMO:

Passamos por um momento em que a pandemia de Covid-19 nos torna cada vez mais dependentes da tecnologia digital com acesso a internet. O contexto parece desnudar esquemas de dependência que articulam heranças do colonialismo europeu e os mecanismos do imperialismo, sobretudo estadunidense. Nesse sentido, importa refletir sobre as armadilhas que os museus parecem enfrentar diante desse cenário em que se experiencia o lugar da subalternidade tecnológica como expressão da fragilidade democrática num capitalismo de dependência. Para tanto, o presente artigo busca elaborar reflexões críticas a respeito das conformações - urgentes e apressadas - que essas organizações dedicadas à preservação de bens culturais precisaram assumir no contexto pandêmico.

Palavras-chave: Museus; Tecnologia Digital; Pandemia

1.Introdução

Este presente texto é uma adaptação de um trabalho anteriormente apresentado e publicado no VIII Seminário Internacional de Museologia Experimental, organizado pelo Grupo de Pesquisa Museologia Experimental e Imagem (MEI-UNIRIO) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio PPG-PMUS e o Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM). Ele parte de uma intenção individual em articular debates da economia política e da colonialidade para pensar desafios dos museus e Museologia. Para tanto, utiliza como referências as críticas ao colonialismo e ao imperialismo como ferramenta para compreender as dinâmicas de preservação e comunicação museal no tempo presente, considerando o contexto da pandemia de Covid-19.

Considerando que os caminhos dos museus e da Museologia se entrelaçam (BRUNO, 2006), entende-se, portanto, que a produção do pensamento museológico

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

parte, também, da experiência dos museus¹ e das suas conformações a padrões de poder provenientes de relações coloniais e imperiais. É nessa perspectiva que tentarei, aqui, compreender algumas mudanças - urgentes e aparentemente apressadas - que os museus experienciaram no contexto da pandemia e que desafiam a Museologia a encarar reflexões elaboradas a partir da economia política.

O texto apresenta três momentos de leitura: um primeiro, direcionado à reflexão sobre o “tempo do agora”, o que nos conduz a provocações sobre a noção de “progresso” frente a atual crise sanitária que tem afetado diretamente o funcionamento das organizações museais; um segundo, voltado à discussão sobre as desigualdades entre países a partir da experiência do colonialismo europeu, considerando suas ressonâncias no funcionamento dos museus; e o terceiro momento de leitura, focado no fenômeno do imperialismo do século XX-XXI como nova conformação de hegemonia capitalista que incide na reprodução da sociedade moderna, atravessando, sobretudo, a experiência das organizações museais nesse momento de pandemia.

2.O tempo do agora

Vivemos no continente Americano, especificamente ao sul, sob um projeto de civilização moderna que desde o século XVI reproduz estruturas sociais e econômicas de um ocidente forjado pelo capitalismo em suas diferentes fases, sob o signo do desenvolvimento liberal² (BALLESTRIN, 2014). Aparentemente nos encontramos imersos num sistema de práticas, signos e símbolos que tomam como referência predominante a noção de tempo histórico linear; e nessa configuração social, o progresso aparece como uma espécie de movimento inexorável da vida, por vezes determinado pelo avanço da ciência e da tecnologia. É dessa ideologia moderna do progresso, sobre a qual Walter Benjamin (1987; 2012) concentra esforços críticos,

¹ Não se pretende aqui discorrer sobre o objeto da Museologia, mas importa destacar que existe vasta literatura que se debruça sobre o tema, cabendo aqui citar, entre tantos exemplos, Gregorová (1990), Van Mensch (1994), Bruno (2006), Ceravolo (2014), Carvalho (2017), Brulon (2020), entre muitos outros trabalhos.

² A respeito da contraposição entre pensamento liberal - campo das ideias - e a história das sociedades liberais - em sua experiência concreta -, ver Losurdo (2006).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que sua expressão “tempo do agora” [*Jetztzeit*] pode ser utilizada para refletirmos a respeito dos museus no contexto da pandemia.

Em referência a um tempo coletivo, qualitativo, que poderíamos chamar de “atualidade”, o “tempo do agora” *benjaminiano* seria um tempo que está sendo vivido, experienciado. Tal noção, fundamentada no rompimento da linearidade temporal, tomaria como base a própria crítica a essa concepção de história que sugere, de forma subliminar, uma espécie de evolucionismo. Para Benjamin, trata-se de uma postura que se articulou a diferentes experiências de desenvolvimento da ciência e da técnica em dinâmicas de reprodução do capital sob o signo do progresso, e por essa razão acabou por naturalizar e eternizar o capitalismo, abstraindo outros modos de produção na existência humana.

É nessa perspectiva que tomo como objeto de reflexão alguns desafios contextuais que atravessam o próprio campo dos museus com base no “tempo do agora”. Trata-se de um exercício de caráter dedutivo, que considera possíveis desdobramentos políticos e econômicos da pandemia sobre os museus. Por essa razão, é preciso pontuar que até o momento da escrita deste texto ainda não dimensionamos os reflexos dos processos de isolamento social nas forças produtivas, em curto, médio e longo prazo. Porém, é possível considerar a concretude de muitos desafios impostos por esse cenário epidemiológico, em especial nas atividades de preservação de bens culturais em instituições museológicas.

Ao longo de 2020 e início de 2021 observamos o contínuo cancelamento de atividades presenciais por parte de organizações museais, além de suspensão de projetos, alteração de rotinas de trabalho e demissão ou rescisão de contratos de trabalhadores e trabalhadoras³. Para manterem suas operações, muitas organizações tem recorrido, cada vez mais, às ferramentas digitais, de acesso à internet, através das quais se comunicam com diferentes públicos em situação de isolamento social. Nesse sentido, o ambiente digital se tornou o lugar de re-existência social dos museus - impactando consideravelmente a economia das representações em termos de produção, circulação e consumo de informação.

³ Na urgência de se debater o tema, muitos pesquisadores e pesquisadoras vem publicando reflexões nas diferentes mídias digitais. Sobre as relações de trabalho e as demissões no contexto de pandemia, ver Quintella (2020). Disponível em: <https://www.select.art.br/sem-margem-de-negociacao/>. Acesso em: 11 de julho de 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Esse cenário sugere que a transposição das atividades presenciais para as digitais teriam se conformado como estratégias de sobrevivência destas organizações. Contudo, também parecem apontar para respostas aparentemente apressadas perante a ausência de protocolos sanitários governamentais e de amparo emergencial por parte significativa dos Estados Nacionais⁴ em todo o mundo. À princípio, a recuperação financeira dessas instituições dependerá das possibilidades de fomento por parte do poder público - que de maneira geral, em diferentes países, sofre com a queda de receitas do Tesouro -, da existência de patrocínios e outros financiamentos privados, da disposição à filantropia e, já num contexto pós-pandemia, dependerá da disposição do público em participar de atividades em ambientes fechados, estando suscetíveis a diferentes riscos de contágio. Cabe nos perguntarmos, então, sobre as condições sociais, políticas e econômicas de sobrevivência dos museus no Brasil, considerando as heranças sociais e políticas latino-americanas, nesse momento de pandemia.

3. Museus: o colonialismo e os impactos da pandemia

Nos vemos “agora” sob uma pandemia de um vírus cujos rastros sociais e biológicos ainda não conhecemos muito bem. Nossas preocupações, é claro, são de muitas ordens: desde os desdobramentos dos processos de isolamento social na construção das subjetividades, a partir da interrupção abrupta de relações interpessoais e da vigilância sanitária sobre nossos corpos; até as consequências sobre nossas condições materiais de existência, que implicam acesso a renda familiar mínima capaz de garantir uma sobrevivência financeira.

Essa situação global se processa na seara dos museus não somente no âmbito das narrativas, na economia discursiva e simbólica das identidades, mas principalmente na organização concreta, jurídico-burocrática e financeira, de instituições e de iniciativas museais cujas condições materiais históricas estiveram - e ainda estão -

⁴ Durante esse processo, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) publicou em suas redes sociais um apelo às lideranças políticas dos países para que reservassem recursos emergenciais ao socorro de instituições museais. No Brasil, especificamente, houve intensa mobilização da sociedade civil para que todo o setor da cultura fosse amparado por recursos estatais. Após uma grande articulação de deputados e deputadas de partidos de esquerda, o poder executivo federal sancionou a Lei 14.017/2020, conhecida como Lei Aldir Blanc, que prevê a referida assistência emergencial a trabalhadores e trabalhadoras ao setor, viabilizando a transferência de recursos do Fundo Nacional de Cultura aos fundos estaduais e municipais. Porém, a imensa demanda por resgate financeiro de pessoas físicas e jurídicas indica que os recursos viabilizados provavelmente não serão suficientes.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sobredeterminadas pela experiência colonial nos seus aspectos econômicos, culturais e políticos.

Tomando tais condições de existência - nos atravessamentos da colonialidade no patrimônio (SOUZA, 2018) -, vivemos historicamente um quadro marcado, entre outras coisas, pelos reflexos da divisão internacional do trabalho (FONTES, 2010), pela divisão global de países em posição de investimento - público ou privado - em recursos humanos, financeiros e tecnológicos para pesquisas científicas (SCHWARTZMAN, 2008) que possam ser direcionados às reservas técnicas, a sítios arqueológicos, a laboratórios de restauração, a setores de pesquisa, em bibliotecas e projetos de investigação. ao longo do tempo - com poucas exceções - experienciamos a importação de tecnologia, a evasão de cérebros, a precarização do trabalho, a carência de equipamentos e insumos, e desresponsabilização do Estado sobre a área da cultura (Idem).

A empresa colonial produziu o terreno fértil para subalternidades que marcam ainda hoje a existência dos equipamentos culturais na periferia do capitalismo global. Mecanismos de patrimonialização parecem se conformar a regimes de valor constituídos numa economia do simbólico (Idem) onde se destacam os bens, as práticas e as instituições das grandes potências globais⁵. As condições precárias de existência das nossas organizações museais convivem, ainda, com outros problemas sociais graves, que dizem respeito à existência social precária dentro de seus territórios, tais como saneamento básico, fome, miséria, falta de moradia, más condições de trabalho, baixo investimento em saúde e educação pública, entre outros. Este quadro se apresenta como condição comum aos países do Sul Global, num histórico de expropriação do capital desde a colonização (FONTES, 2010).

Nesse sentido, é possível pensar que o “mau encontro colonial” (JESUS, 2019) inventou a precariedade na medida em que impôs condições materiais e simbólicas dos modos de ser, saber e poder pelo mundo. E desde então passamos a construir diferentes estratégias de resistência e re-existência que reverberam nas atividades

⁵ Interessante observar o percentual de bens europeus e estadunidenses nomeados como patrimônio da humanidade pela Unesco: compoem 47% do percentual total em comparação com as regiões da Ásia, África, América Latina e Caribe, e Países Árabes, conforme demonstra Pinheiro & Nascimento (2020).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

museais⁶ como estratégias críticas de reinvenção da Modernidade. Gerardo Moreno (2012) pontua, por exemplo, a transmutação da posição subalterna de museus mexicanos: de organizações voltadas às representações de um nacionalismo revolucionário, até manifestações museais indígenas pluridentitárias. Mas tal experiência não se exime da crítica sobre as condições materiais de construção das organizações de preservação América Latina, sobredeterminadas pelas fragilidades econômicas e desigualdades sociais. Mas tomando a noção de precariedade como condição de existência periférica, o contexto da pandemia nos conduz ao desafio de pensar o impacto do aprofundamento dessa condição, para os museus, no momento de isolamento social.

A resposta que vemos em todo o mundo é o crescente recurso às tecnologias digitais como estratégia de manutenção de algumas atividades públicas e operações internas dessas organizações. Nesse sentido, cabe voltarmos a uma provocação desenvolvida por Inês Gouveia (2018), na ocasião da celebração do Dia Internacional de Museus do ano de 2018, a respeito do tema selecionado pelo ICOM para aquela data: “Museus Hiperconectados”. Gouveia já nos provocava a relativizar a referida “hiperconectividade” frente à condição de precariedade de muitos museus brasileiros e à desigualdade social experienciada pelos mesmos nas periferias do país: “a gente não tem nem terra, nem moradia, nem sede, que dirá a nuvem!”⁷. Falando a partir de sua experiência na Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ), a autora nos convidava a refletir sobre a existência de custos materiais para manter e prover uma hiperconectividade, e lembrava que, por essa razão, grandes museus públicos e museus comunitários padeciam ainda de soluções estáveis e acessíveis. Tais soluções esbarravam não apenas na estrutura jurídico-burocrática precária de

⁶ À título de exemplo, cabe pontuar experiências no Brasil como as do Museu da Parteira e o Museu da Beira da Linha do Coque, em Pernambuco; o Museu das Remoções, no Rio de Janeiro; as “casas de memória” construídas por trabalhadores e sindicalistas rurais no interior do estado do Pará; entre outras cuja potência de resistência e re-existência a diferentes formas de violência material e simbólica no contexto do capitalismo neoliberal se materializa na luta incessante contra o esquecimento das narrativas subalternas. Há também que se pontuar que a possibilidade de reconhecimento patrimonial de manifestações culturais, por parte do Estado, poderia, em tese, viabilizar recursos públicos passíveis de garantir condições materiais mínimas frente à imanência de fechamentos, falências e desagregações ocasionados por crises econômicas ou pelo aprofundamento das desigualdades sociais (SOUZA, 2018).

⁷ Publicação eletrônica Revista Museu. Disponível em:

<<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2018/4745-museus-hiperconectados.html>>. Acesso em: 17 de julho de 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

muitas organizações, mas também nos desafios da dependência de ferramentas produzidas pela iniciativa privada e até mesmo nos limites orçamentários para aquisição de suporte material a partir de políticas públicas:

Digitaliza a foto, fotografa o objeto. Bota a coleção naquela base. É *software* livre? Não sei. Está instalado no *Windows*, uma dupla procedência duvidosa. Digital, digital: deu vírus, deu pau. Onde armazenar esses *megabytes* imateriais pesados? Nem se pode adquirir um *hardware* drive, que é capital, não é custeio, diz a lei. (Idem)

Portanto, considerar as condições de desigualdades - entre países e internamente nos países - produzidas *desde* o colonialismo europeu, nos permite pensar que os marcos mais recentes do capitalismo acabam por ajustar outras relações globais de poder. Tal processo não apenas produz novas conformações de hegemonia e dependência proporcionadas pela expansão política, econômica e cultural das atuais grandes potências, como reestrutura as situações de subalternidade no mundo contemporâneo, criando novas formas e novas narrativas de natureza imperial que invariavelmente atravessam os museus latino-americanos.

4. Museus e o imperialismo digital

Se na primeira metade do século XX a maquinaria patrimonial (JEUDY, 2005) esteve consideravelmente voltada para as narrativas dos Estados Nacionais, à participação de projetos civilizatórios ou adesão a noção de progresso pela via do desenvolvimento científico e tecnológico-industrial, a partir da segunda metade daquele século ela se direciona para uma economia política das identidades. Aos poucos se insere na expansão do mercado do turismo (PEIXOTO, 2002) e nas políticas de requalificação de territórios (SÁ BARRETO & MEDEIROS, 2016), contribuindo para a transformação do espaço urbano em canal de absorção do capital excedente (HARVEY, 2008).

O século XXI, contudo, nos apresenta uma nova economia política voltada aos esquemas de representação, nos quais os enquadramentos simbólicos aparecem sob formas digitais de distribuição mercantilizada dos produtos culturais. Partindo, então, da perspectiva das desigualdades produzidas *desde* o colonialismo europeu, cabe

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

refletir igualmente sobre novos vetores de poder que parecem se manifestar de forma contundente no tempo do agora sobretudo no avanço da automação.

Para uma vasta literatura, vivemos os desdobramentos de uma inflexão econômica desde a virada do XIX, quando se observa a concentração da produção industrial em empresas cada vez maiores - com seus novos processos de produção e inovações técnicas - e a constiuição de grandes monopólios comerciais e o predomínio do capital financeiro (representado pelos bancos)⁸. Inglaterra e Estados Unidos, desde já se destacam como países capitalistas mais ricos, assumindo a posição de credores de diversos outros territórios do mundo (LÊNIN, 1991).

Nos anos 1970, se vê a financeirização das economias e a mudança do fluxo de capital com base no dólar (DUMENIL & LEVY, 2007; DOWBOR, 2017), processo que contribuiu para consolidar a hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos em escala global (HARVEY, 2014; CASANOVA, 2005). Portanto, chamamos de imperialismo, aqui, um amplo conjunto de práticas econômicas, políticas e culturais em dinâmicas de expansão do capitalismo monopolista a partir do século XIX.

Diante desse macrocenário, tentaremos, então, direcionar nossa análise para o crescimento do uso das tecnologias digitais e da conectividade no contexto da pandemia. Nessa perspectiva, considera-se que a produção, circulação e consumo de informação, cada vez mais digitalizadas, nos leva a diferentes mudanças de comportamento e sociabilidade que demandam, entre outras coisas, acesso a ferramentas tecnológicas de acesso à internet.

Leonardo Germani (2018) chama a atenção para os desdobramentos dessa nova relação de conectividade dos equipamentos culturais, fazendo referência ao poder de alcance que as corporações ligadas às tecnologias digitais passam a ter sobre muitos países a partir do amplo consumo de suas plataformas. Trata-se, segundo ele, de monopólios que dominam o mercado em grande parte do eixo ocidental, controlando e acumulando dados sobre pessoas e instituições. Informações como agenda cultural de museus, localização de usuários e de equipamentos, estado de funcionamento das

⁸ Esse processo foi amplamente discutido por autores marxistas, tendo Vladimir Lênin e Rosa Luxemburgo como referências. Mais recentemente, David Harvey, Samir Amin, entre muitos outros. Cabe destacar a polêmica contraposição proposta ao termo “imperialismo” por Antonio Negri e Michael Hardt (2001) a partir do conceito de “Império” que sugeria, entre outras coisas, a substituição do debate em torno da luta de classes para uma reflexão a respeito da noção de “multidão”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

instituições, presença de público em determinados eventos, comentários pessoais e fotos de pessoas são alguns exemplos de um grande conjunto de dados que passam a ser armazenados e analisados pelas empresas num processo conhecido como “*Big Data*” (Idem).

Esse novo poder de controle e tratamento da informação vem produzindo outras formas de ingerência política nos países. Associadas ao poder financeiro e monetário, grandes corporações vem consolidando uma arquitetura global de poder capaz de interferir diretamente nos Estados Nacionais e na regulação de economias nacionais (DOWBOR, 2017). Vemos daí a retração do poder estatal por corporações e oligopólios em dinâmicas de lobbies entre políticos e legisladores (Idem). Especificamente para os museus, as consequências desse quadro mais amplo se apresentam, por exemplo, como desregulação da economia da cultura e a diminuição orçamentária para políticas públicas em áreas sociais, o que, conseqüentemente, repercute na precarização de museus e atinge expressivamente trabalhadores e trabalhadoras⁹ do setor.

E nesse processo, as tecnologias de vigilância e controle da informação se apresentam, potencialmente, como instrumentos de controle geopolítico (GERMANI, 2018). Ou seja, pontuamos aqui o consumo - por parte de museus - de plataformas e ferramentas que não são neutras, mas que revelam-se parte de uma maquinaria amplamente automatizada onde a racionalidade tecnológica aparece como novo elemento de avanço do capital (MANDEL, 1982). Nessa perspectiva, consideramos o desenvolvimento tecnológico como elemento que reverbera nas relações de trabalho e na globalização de mercados, e cria novos sistemas de controle e dependência a corporações multinacionais, sobretudo aquelas que atuam em consonância com interesses políticos e militares de grandes potências mundiais.

⁹ A pandemia parece ter acelerado um processo que já vinha em curso em parte expressiva dos museus no Brasil: a crescente utilização de uma força de trabalho altamente vulnerabilizada, sob regimes contratuais configurados como bolsas (concedidas por agências públicas ou privadas), como Pessoas Jurídicas (PJ), autônomos ou Microempreendedores Individuais (MEI). Trata-se de trabalhadores desprovidos de direitos e benefícios trabalhistas (como 13 salário, férias, seguridade social, vale transporte e vale refeição), e que podem facilmente ser “descartados” por seus “empregadores”. É possível interpretar essa força de trabalho no campo dos museus a partir da categoria “precarizado”, retomada por Ruy Braga (2013; 2014), em referência ao grupo de trabalhadores que por vezes não são sindicalizados ou que possuem diferentes trajetórias de ação coletiva pulverizadas. Estendendo esse quadro para o ambiente digital, podemos falar, ainda, de trabalhadores de museus como parte de um infoproletariado (ANTUNES & BRAGA, 2009).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

É claro que não estamos aqui defendendo a rejeição às tecnologias digitais. Esta seria uma interpretação um tanto simplória de uma análise crítica sobre a complexidade de nosso contexto. É indiscutível a transformação social produzida pelas tecnologias digitais e pela internet a respeito das dinâmicas de comunicação (CASTELLS, 2000). Tal processo parece se acentuar neste momento de pandemia: sociabilidades em rede, “encurtamentos” de distâncias e otimização de tarefas são apenas algumas características do fenômeno da hiperconectividade.

Para aqueles que podem usufruir da *web*, as ferramentas digitais permitem acesso a serviços do Estado, possibilitam o desenvolvimento de projetos, o compartilhamento e divulgação de atividades e ações locais, além da construção de redes sociais com o resto do mundo. São capazes até mesmo de possibilitar mobilizações populares e ativismos. As tecnologias digitais com acesso à internet nos conectam, “reduzem” distâncias, e também facilitam nossa vida otimizando diferentes processos de trabalho. No caso de museus, auxiliam na divulgação de atividades presenciais, como visitas técnicas, reuniões, cursos e eventos. Enfim, são inúmeros os exemplos de como elas nos afetam de maneira positiva.

Mas importa pensar em possíveis armadilhas de uma apropriação celebratória que não considere o papel dessas ferramentas dentro do modo de produção capitalista: corremos o risco de reproduzir a histórica crença de que transformações tecnológicas - sob traços de um progresso técnico (MANDEL, 1982) - nos levam necessariamente a conquistas políticas, numa perspectiva evolucionista (BENJAMIN, 2012). Ou mesmo supor uma neutralidade da internet e de plataformas digitais, ignorando que tais instrumentos são parte de sistemas geopolíticos de disputa por hegemônias.

Considerando esse momento do agora, muitas organizações dedicadas à preservação de bens culturais vem intensificando esforços para fornecer conteúdos alternativos por meio de ferramentas digitais conectadas à internet. Movimentos que demandarão novas políticas de acervo, novos debates sobre acessibilidade e circulação da informação, e enfrentamento de desafios que envolvem o controle e segurança da informação, privacidade de dados, direitos autorais, marcos regulatórios, entre outros.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Vemos aos poucos se estabelecer entre os museus uma espécie de padrão de consumo de ferramentas pertencentes a algumas corporações que parecem monopolizar esse mercado: são vídeos disponibilizados em canais do YouTube, perfis no Facebook, fotos no Instagram, posts no Twitter, pacote de vantagens nas contas no Gmail, ou mesmo programas de design que rodam somente no Windows ou em computadores da Apple. Exposições virtuais, atividades interativas, websites, webnários, lives, enfim, uma série de atividades dessas organizações vem sendo compartilhadas ou desenvolvidas por meio de plataformas e programas pertencentes a algumas poucas corporações, em sua maioria constituídas a partir do Vale do Silício nos Estados Unidos.

Num contexto de re-existência museal em ambiente digital, tudo parece celebrado como a capacidade/potência dos museus de se reorganizarem durante a pandemia, de pensarem recursos alternativos, de elaborarem conteúdos sob novas métricas. Toda essa realidade de redes sociais, programas e sistemas operacionais pode até parecer democrática, mas o que se percebe é que a economia da informação digital está cada vez mais concentrada em portais e plataformas específicos, ligadas a essas corporações.

Essas novas formas de operabilidade podem ser interpretadas como as novas engrenagens das forças produtivas do capitalismo em seu marco imperialista. Ora, se no Brasil não possuímos tecnologias próprias que poderiam ser usufruídas por equipamentos culturais, se não possuímos políticas públicas que permitam acesso popular amplo e irrestrito à internet, os museus e toda a população ficam cada vez mais dependentes e vulneráveis a um mercado dominado por empresas e plataformas estrangeiras. O consumo dessas ferramentas, cada vez mais necessário, leva a uma transferência do fluxo de capital para um circuito internacional - no qual os Estados Unidos desempenham papel estruturante a partir de seu mercado financeiro (HARVEY, 2014; DOWBOR, 2017; CASANOVA, 2005). Trata-se de uma dinâmica que contribui para aprofundar desigualdades já existentes.

O prognóstico, portanto, é de uma nova e mais avançada etapa da indústria cultural: o Museu - paradigma ocidental moderno (BRULON, 2020; MORENO, 2012) - e sua produção material sígnica, compartilhada pela web, se torna cada vez mais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dependente de plataformas privadas, transnacionais, que parecem predominar, numa escalada global, o mercado da comunicação digital, num esquema de dependência de grandes corporações que possuem os recursos tecnológicos e industriais para a replicação e distribuição do capital-informação (DANTAS, 2011). E esse processo não está descolado do fenômeno dos “museus espetáculo”, da cultura como mercadoria voltada ao entretenimento. Falamos, portanto, de tecnologias voltadas à manutenção das dinâmicas de consumo e desejo, sobredeterminadas pelos fenômenos do colonialismo e do imperialismo na manutenção de um capitalismo de dependência.

5.Considerações Finais:

Os museus latino-americanos sempre criaram estratégias para se adaptar às carências materiais de diferentes ordens, considerando as desigualdades - entre países e internamente nos países - produzidas *desde* o colonialismo europeu. Tal premissa nos permite pensar que os marcos mais recentes do capitalismo acabam por ajustar outras relações globais de poder que excedem as heranças coloniais e fazem surgir novas conformações de poder ajustadas conforme a organização dos mercados transnacionais. Nesse cenário, o contexto da pandemia pode ter exacerbado dinâmicas de dependência agora atravessadas pelo imperialismo digital de hegemonia estadunidense.

Nos perguntamos, à título de exemplo, como as condições de subalternidade econômica e política reverberam diretamente na realidade atual de museus latino-americanos. Falamos aqui de carências materiais, como, por exemplo, recursos tecnológicos para laboratórios, mobiliário e insumos para reservas técnicas, ferramentas para setores de comunicação, contratação de equipe técnica, etc.. Essas organizações sobrevivem às descontinuidades orçamentárias e à ausência de políticas públicas perenes, a despeito das progressivas desregulações econômicas.

E no momento atual, num quadro de crises aceleradas pela pandemia, e no crescimento da demanda por uma existência digital dos museus, com conexão à internet, importa perguntar sobre as condições dessas organizações frente às conformações geopolíticas do capitalismo. Indagamos se os museus e os patrimônios

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de países de capitalismo dependente compartilham do mesmo apelo econômico, político e simbólico daqueles pertencentes às potências da Europa e Estados Unidos, considerando a disputa global por ajuda financeira internacional. Cabe perguntar, ainda, como os museus latino-americanos poderiam existir em ambiente digital com tecnologias próprias, ou nacionais, executando tarefas como digitalização de acervos, manutenção e gestão de dados em repositórios, realização de backups e contratação de força de trabalho qualificada na execução de diferentes etapas de tratamento de bens culturais a serem preservados num cenário de crescente desregulação do setor cultural.

Tais perguntas permanecem como provocações que nos servem como pontos de partida para reflexões sobre o “tempo do agora” em seus novos esquemas de representação sob formas digitais de distribuição mercantilizada da produção culturais no capitalismo tardio. E considerar os riscos de posturas celebratórias de um suposto “progresso” promovido por monopólios de empresas de tecnologia e experienciado, em situações de dependência, pelos museus.

Isso não nos impede, é claro, de expandirmos nossas redes locais, regionais e globais, nos comunicando e trocando experiências através dessas mesmas ferramentas. Se tratando do Brasil, especificamente, tal movimento poderia servir como ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de acesso aberto a internet, investimento estatal em desenvolvimento de tecnologia nacional e regulação da economia - especialmente no fomento à cultura. Tudo isso viria, sem dúvida, a beneficiar museus nessa nova realidade digital. Esse, talvez, seja um importante exercício para dissecar as ressonâncias do colonialismo e do imperialismo na nossa economia de trocas simbólicas.

6. Bibliografia:

ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy (Org.) (2009). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo.

BALLESTRIN, Luciana (2014). Colonialidade e Democracia. *Revista Estudos Políticos*. Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol. 5, N.1, pp. 191– 209.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- BRAGA, Ruy (2013). Sob a sombra do precariado. In: David Harvey, Ermínia Maricato, S., Mike Davis et. al.. (Org.). *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ed. São Paulo: Boitempo, v. 1, p. 45-51.
- _____ (2014). Precariado e sindicalismo no Sul global. *Outubro* (São Paulo), v. 22, p. 35-61.
- BENJAMIN, Walter (1987). *Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios Sobre Literatura e História da Cultura*. Série Obras Escolhidas. São Paulo, SP: Editora Brasiliense.
- _____ (2012). *O Anjo da história*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012.
- BRULON, Brulon (2020). Descolonizar o pensamento museológico. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, n.28, pp. 1-30.
- BRUNO, Cristina (2006). Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 25, ULHT, Lisboa, pp.5-20.
- CARVALHO, Luciana Menezes de (2017). *Do museu a museologia: constituição e consolidação de uma disciplina*. Tese de Doutorado em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio/MAST), Rio de Janeiro.
- CASANOVA, Pablo González (2005). O Imperialismo, Hoje. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 18, pp. 65-75.
- CASTELLS, Manuel (2000). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- CERÁVOLO, S. M, (2014). Delineamentos para uma teoria da Museologia. *Anais do Museu Paulista*, v. 12, n. 12, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, p.337-268
- DANTAS, Marcos (2011). Milionários nada por acaso: capital rentista e apropriação do trabalho artístico nas redes do espetáculo. *Éptic* (UFS), v. XIII, p. 1-30, 2011.
- DOWBOR, Ladislau (2017). *A era do capital improdutivo*. São Paulo: Autonomia Literária.
- DUMÉNIL, Gérard & LÉVY, Dominique (2007). Neoliberalismo – Neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19.
- Fontes, Virgínia (2010). *O Brasil e o capital-imperialismo - Teoria e História*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- GERMANI, Leonardo (2018). Inteligência Artificial e Big Data na Gestão Cultural. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*. Sesc. n. 7, pp. 154-164.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GOUVEIA, Inês (2018). Museus hiperconectados?. *Revista Museu*. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2018/4745-museus-hiperconectados.html>> . Acesso em: 17 de julho de 2020.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio (2001). *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record.

HARVEY, David (2014). *O Novo Imperialismo*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola.

JESUS, Alexandro S. de (2019). *Corupira: mau encontro, tradução e dívida colonial*. Recife: Editora Titivillus.

JEUDY, Henri-Pierre (2003). Entrevista: Maquinaria Patrimonial. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*. V.6, n.1, pp. 74-79.

_____ (2005). *Espelho das Cidades*. São Paulo: Casa da Palavra, 2005.

LÊNIN, Vladimir I (1991). *Imperialismo - fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 6ª ed.

LOSURDO, Domenico (2006). *Contra-história do liberalismo*. Aparecida, SP: Ideias & Letras.

MENSCH, Peter Van (1994). O objeto de estudo da Museologia. *Pretextos Museológicos, 1*. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MORENO, Luis Gerardo (2012). Museología subalterna (sobre las ruinas de Montezuma II). *Revista de Indias*, v. LXXII, n. 254, pp. 213-238.

PEIXOTO, Paulo (2002). A Corrida ao Status de Patrimônio Mundial e o Mercado Urbano de Lazer e Turismo. *Veredas*. Ano I, n.1, pp. 23-45.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo & NASCIMENTO Jr., José do (2020). Ciência e saúde: desafios ao patrimônio mundial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.2, pp. 637-656.

QUINTELLA, Pollyana (2020). Sem margem de negociação - Demitir educadores durante a quarentena expõe a hipocrisia das instituições culturais. *Revista Select*. Disponível em: <https://www.select.art.br/sem-margem-de-negociacao/>. Acesso em: 11 de julho de 2020.

SÁ BARRETO, Francisco; MEDEIROS, Izabella M. S.. Culturas do Passado Presente: um estudo sobre o discurso da novidade e as políticas patrimoniais em uma Recife de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

três tempos. In: Encontro Nacional da ANPOCS, 40., 2016, Caxambu - MG. Anais... Caxambu - MG: ANPOCS, 2016.

SCHWARCZ, Lilia M (2012). Nacionalidade e patrimônio. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.34, pp.337-359.

SCHWARTZMAN, Simon (2008). *Ciência, Universidade e Ideologia: a política do conhecimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

SOUZA, Luciana C (2018). *Patrimônio e Colonialidade - A preservação do patrimônio mineiro numa crítica decolonial*. Orientador: Marcus Granato. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro.